

	<p><b>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</b></p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: <a href="mailto:sucondsef@dieese.org.br">sucondsef@dieese.org.br</a> Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

## **Relatório 47<sup>1</sup>:**

# **Relatório de acompanhamento da PEC 32**

**30 de agosto de 2021**

---

<sup>1</sup> Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

## 1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 46)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz **4 informações**.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – são apresentadas as tramitações relativas ao dia 24/08, com destaque para o fato de que já foram apresentados **125 Requerimentos para realização de Audiências Públicas e vários Requerimentos já foram aprovados.**
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados até 24 de agosto da enquete relativa à PEC, **com destaque para o fato de que já foram mais de 200 mil votos contrários à PEC 32 (92% do total de votos computados)**
- No “item 7 - Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL, foi inserido o LINK que dá acesso às **transmissões das reuniões e Audiências Públicas** ocorridas na Comissão Especial.
- Foi acrescido a esse Relatório da PEC 32, o **item 8 – Acesso aos documentos e apresentações** ocorridas nas reuniões da Comissão Especial, **inclusive com as apresentações do dia 18 de agosto.**
- No item 9 – Agenda do dia, não há previsão de atividades na data de hoje (30 de agosto) até a edição desse relatório (11h:30min.).

## 2 – Informações sobre a PEC 32

**Informação 01 – Relator da reforma administrativa deve apresentar parecer dia 30**

Expectativa do governo federal é que matéria seja votada na Comissão Especial no início de setembro

[R7 PLANALTO](#) | Mariana Londres, de Brasília  
26/08/2021 - 17H36(ATUALIZADO EM 26/08/2021 - 17H43)

O relator da reforma administrativa, [deputado federal Arthur Maia \(DEM-BA\)](#), finaliza a redação da proposta e deve apresentar o parecer na próxima segunda-feira (30).

Interlocutores que acompanham as discussões relataram os principais pontos que devem estar no relatório. Um deles é a delimitação das carreiras típicas de Estado, que devem ser constitucionalizadas por áreas. Com isso, poderiam ser criados outros vínculos e tipos de contratos para os demais servidores, sem estabilidade, mas apenas para novos contratos.

Outra proposta é a avaliação de desempenho dos servidores. Maia diz que a regulamentação, contudo, ficaria para depois. "Estou trazendo elementos fundamentais na PEC, avaliação de desempenho em plataforma digital, com participação do usuário, tudo isso está na PEC, mas a regulamentação será posterior", disse o deputado em debate na Câmara.

O texto original da proposta feita pelo governo tratava apenas dos servidores do Executivo, mas o relator deve incluir os servidores do Legislativo e do Judiciário, Estados e Municípios, mas sem as polícias e Forças Armadas. O último ponto, contudo, gera dúvidas em relação a constitucionalidade por causa da separação de Poderes.

A expectativa do governo é que matéria seja votada na Comissão Especial no início de setembro e aprovada no Congresso Nacional até o final deste ano. O projeto tramita em paralelo à reforma tributária, que não foi analisada pelo plenário em decorrência de falta de acordo.

## **Informação 02 – Comissão debate impactos da reforma administrativa entre servidores da segurança pública**

27/08/2021 - 15:42

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados discute na próxima terça-feira (31) os impactos da proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) entre os servidores da área.

A PEC altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos, modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

O deputado [Subtenente Gonzaga \(PDT-MG\)](#), que sugeriu a realização do debate, afirma que a atual gestão federal tenta desmoralizar os servidores públicos frente à sociedade, "de maneira geral, responsabilizando-os, injustamente, pelos déficits que anualmente o Estado brasileiro enfrenta".

O parlamentar reclama que o Governo Bolsonaro apresentou a PEC sem projeções concretas dos resultados a serem alcançados se o texto for aprovado pelo Congresso. "Ressaltamos novamente: não há dados ou evidências que dêem bases suficientes para as propostas apresentadas pelo texto ao Congresso. Pelo contrário, suas principais decisões vão na contramão do que temos de fundamentos na gestão pública", critica.

Subtenente Gonzaga afirma que a proposta em discussão fere direitos e garantias individuais e sociais, "uma vez que, seus dispositivos caso sejam aprovados resultará na precarização dos serviços públicos".

"Precisamos repensar o serviço público, de forma a modernizá-los e torná-los cada vez mais eficientes", afirma o deputado. "Mas não acreditamos que a proposta que está sendo discutida hoje seja o que precisamos, uma proposta equivocada, que não se sustenta em dados reais."

### **Debatedores**

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares, entre outros:  
- a conselheira do Fórum Brasileiro Segurança Pública Isabel Figueiredo;

- o presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp), Pedro Pontual;
- o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

- [Confira a lista completa de convidados](#)

A reunião foi realizada às 16 horas, no plenário 14.

**Da Redação – ND**

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **Informação 03 – Defensoria Pública teme prejuízos na reforma administrativa**

**Para Kassuga, risco de fim da estabilidade compromete fortemente o trabalho do defensor público**

25/08/2021 - 13:36

**Por Rudolfo Lago sobre brasil Em 28 ago, 2021 - 9:37 Última Atualização 28 ago, 2021 -11:42**

Há um universo de cerca de 80 milhões de brasileiros que são invisíveis para a maioria das instituições brasileiras. Não voltam seus olhos quase nunca para eles o **Ministério Público**, a **Advocacia Geral da União** ou qualquer outro setor dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas é unicamente para atender a eles – a população mais pobre, mais carente, mais sem recursos – que existe a **Defensoria Pública da União**. “Aquele que está alijado de qualquer oportunidade social, de assistência, de educação, de saúde, em situação de vulnerabilidade extrema, essas pessoas procuram a Defensoria Pública depois que todas as demais portas se fecharam para elas”, resume o presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (**Anadef**), Eduardo Kassuga, nesta entrevista ao **Congresso em Foco**.

Fruto, talvez, da desigualdade social que ainda é uma das chagas brasileiras, há uma imensa diferença em termos de estrutura quando a Defensoria é comparada com outros órgãos que atuam na área jurídica pública. São 645 defensores públicos. Enquanto isso, há 1.150 integrantes do Ministério Público, mais de 5 mil advogados públicos federais e cerca de 1.900 juízes. “Há uma situação de muito desequilíbrio em desfavor da população que realmente precisa”, diz Kassuga.

Nesse sentido, a Anadef está particularmente preocupada com as repercussões que podem advir da **reforma administrativa** que está em curso na Câmara dos Deputados. Kassuga tem medo que a reforma acabe por cristalizar essa situação de desequilíbrio ou ainda piorar a possibilidade de trabalho dos defensores públicos.

Dois pontos especialmente preocupam a Anadef. O primeiro é o **risco do fim da estabilidade** do servidor. Ou mesmo de não haver estabilidade por um período. “Como os defensores acabam muitas vezes litigando contra o Estado, é necessária a manutenção da noção de independência desses servidores. Sem ela, toda a noção de autonomia fica em xeque”, diz Kassuga.

Mesmo que a estabilidade seja garantida para os atuais servidores, o risco prossegue, para o presidente da Anadef. “Tem se dito que isso seria preservado para os atuais servidores. Mas a gente precisa lembrar que as instituições se compõem de pessoas. Se daqui para a frente, os

próximos defensores não tiverem estabilidade, em algumas décadas teremos uma instituição perdida”, argumenta.

Outro ponto que preocupa os defensores públicos é a possibilidade de proibição de pagamento de passagens e diárias que não estejam previstas em lei. No caso da Defensoria Pública, boa parte das ações dos defensores relaciona-se à necessidade de se deslocar a localidades distantes. A Defensoria Pública está presente somente em 29% das seções judiciárias do país. Para atender aos demais pontos, os defensores públicos têm que viajar. Boa parte do seu público vive em comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, por exemplo. Longe mesmo das capitais dos estados. “Como vamos alcançar essa população?”, questiona Kassuga.

Como, na defesa da população mais carente, a Defensoria Pública muitas vezes tem como adversária a própria União, nem sempre esse é um trabalho cujos resultados são bem quistos. Porque muitas vezes geram mais despesas. Graças ao trabalho dos defensores públicos, aumentou consideravelmente, por exemplo, o universo daqueles que receberam auxílio emergencial durante a pandemia de covid-19. Pessoas que tiveram seus pedidos indeferidos acessaram a Defensoria Pública. Desde o início da pandemia, os defensores públicos fizeram mais de 575 mil atendimentos somente quanto ao auxílio emergencial. E conseguiram que o benefício contemplasse mais de 150 mil novas pessoas. Um aplicativo chegou a ser lançado pela Defensoria Pública para facilitar as ações. O aplicativo pode ser baixado a partir do [site da Defensoria](#).

### **Informação 04 – Comissão mantém decreto que permite a privatização da Ceagesp**

27/08/2021 - 13:23

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços rejeitou [projeto que anula](#) o decreto que incluiu a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) no Programa Nacional de Desestatização (PND).

A Ceagesp é uma empresa pública federal que fornece espaços para comercialização atacadista de produtos hortifrutigranjeiros no estado de São Paulo, além de administrar uma rede de armazéns e silos graneleiros.

De acordo com o [Decreto 10.045/19](#), o processo de privatização será conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

#### **Prejuízo**

A rejeição do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 655/19 foi pedida pelo relator, deputado [Alexis Fonteyne \(Novo-SP\)](#). Ele contestou o autor da proposta, deputado [José Guimarães \(PT-CE\)](#), de que a privatização da Ceagesp pode gerar desemprego e dificultar o abastecimento de alimentos.

“Por que o fato de a empresa representar um importante ‘elo da cadeia’ que possibilita alcançar a mesa das pessoas é um impeditivo para a desestatização? Por que isso atentaria contra uma alimentação saudável ou mesmo propiciaria a fome? Não vejo a menor conexão desses argumentos da justificativa com a desestatização da Ceagesp”, questionou Fonteyne.

Ele disse ainda que a privatização pode tornar a empresa mais eficiente, ajudando a reverter os prejuízos acumulados entre 2016 e 2019, que tiveram de ser compensados com receitas financeiras da venda de ativos.

## Tramitação

A proposta será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovada, seguirá para o Plenário; se rejeitada, será arquivada.

[Saiba mais sobre a tramitação de projetos de decreto legislativo](#)

Reportagem – Janary Júnior - Edição – Wilson Silveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### 3 – Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)

#### SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

**CAMINHO DA PROPOSTA**  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO ESPECIAL - PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA**

Encerrado o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição (de 10/06/2021 até o encerramento da 75ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no dia 07/07/2021). Foram apresentadas 41 emendas. As emendas de nºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 37, 38 e 39 não atingiram o quórum mínimo de assinaturas.

Ver menos

**Chegou à comissão em:** 09/06/2021

SENADO FEDERAL

Não há tramitação no Senado

✓ Início

✓ CCJC

● CESP  
→ ESTÁ AQUI

● Plenário Virtual

#### QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017  
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018  
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

#### DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 07/07/2021  
Talíria Petrone (PSOL-RJ)
- 07/07/2021  
Darci De Matos (PSD-SC)
- 07/07/2021  
Leo De Brito (PT-AC)
- 07/07/2021  
Alessandro Molon (PSB-RJ)
- Mais discursos

Segue abaixo o link do relatório completo:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2009387](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387)

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

### 4 – Tramitação detalhada

- 24/08/2021

#### Andamento:

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220 )**

- Aprovado requerimento n. 123/2021 do Sr. Osmar Terra que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

- Aprovado requerimento n. 125/2021 do Sr. Professor Israel Batista que requer à Comissão Especial que solicite ao Tribunal de Contas da União o envio dos estudos da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia contendo a metodologia de cálculo que fundamentem a projeção de redução de gastos públicos, no longo prazo, em caso de aprovação da PEC nº 32, de 2020, requeridos pelo TCU no processo nº 016.435/2021-4 daquele Tribunal.

- **Data:**

24/08/2021

- **Andamento:**

### PLENÁRIO (PLEN )

- Apresentação da Solicitação de Informação ao TCU n. 12/2021, pela PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA, que "Solicita ao Tribunal de Contas da União o envio dos estudos da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia contendo a metodologia de cálculo que fundamentem a projeção de redução de gastos públicos, no longo prazo, em caso de aprovação da PEC nº 32, de 2020, requeridos pelo TCU no processo nº 016.435/2021-4 daquele Tribunal". [Inteiro teor](#)

## 5 – Enquete da PEC 32

Página Inicial / Atividade Legislativa / Projetos de Lei e Outras Proposições / PEC 32/2020

**Acesse a nova versão da ficha de tramitação**  
mais fácil de entender

Cadastrar para acompanhamento | Versão anterior da ficha | Versões para impressão ▼

### PEC 32/2020 | [Inteiro teor](#)

#### Proposta de Emenda à Constituição

**Situação:** Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

**Acessóri de:**

PROPOSTA APROVADA  
PROPOSTA REJEITADA

PEC  
32/2020

O QUE VOCÊ  
ACHA DISSO?

Responda

Sessões e Reuniões

25/05/2021 - 06h00  
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania  
Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual)

### VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>



## Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?

Veja a tramitação

### QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo totalmente	Concordo na maior parte	Estou indeciso	Discordo na maior parte	Discordo totalmente
---------------------	-------------------------	----------------	-------------------------	---------------------

VOTAR

**CANCELA  
A REFORMA**  
*Já!*



## 6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado) - 24 de agosto

### ENQUETE DA PEC 32/2020

Veja a tramitação | Entenda a proposta

#### RESULTADO

Resultado parcial : desde 03/09/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>



## 7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL

### REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

**ACESSE:** <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

### ASSISTA

**Obs: Para acessar as apresentações realizadas pelos palestrantes e debatedores, basta colocar o cursor no título da Audiência Pública e acessar a página respectiva que contém a apresentação desenvolvida.**

### ASSISTA



### Audiência Pública com o Ministro Augusto Nardes



### Forças Armadas, Militares dos Estados e do DF e Políticas de Segurança



### Seminário Estadual - Sergipe



### Seminário Estadual - Pernambuco



### Efeitos da Reforma nas Políticas Públicas de Educação e Saúde



### Efeitos Sobre os Atuais Servidores Federais, Estaduais e Municipais



## Situação dos Empregados Públicos na Reforma



## Regime Próprio de Previdência Social

### **TRANSMISSÕES (COMISSÃO ESPECIAL)**

**Para acessar a todas as transmissões que ocorreram na Comissão Especial, acessar o (s) link (s) abaixo:**

<https://www.camara.leg.br/transmissoes/?idOrgaosSuperiores=538928&dataInicial=01/01/2021&dataFinal=31/12/2021&pagina=2>

[:https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar)

**8 – Acesso aos documentos e apresentações ocorridas nas reuniões da Comissão Especial da PEC 32**

**Obs: Para acessar as apresentações realizadas pelos palestrantes, basta colocar o cursor no nome da/o participante e acessar a página respectiva que contém a apresentação desenvolvida na Audiência Pública.**

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

---

### **Audiência Pública de 18/08/2021: Efeitos da reforma nas políticas públicas de educação e saúde**

- [Francisca Valda da Silva](#), Conselheira Nacional de Saúde - CNS

### **Audiência Pública de 17/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma**

- [Kleber Cabral](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO Nacional
- [Antônio Geraldo de Oliveira Seixas](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil - Sindireceita
- [Conrado Tristão](#), Coordenador da Sociedade Brasileira de Direito Público - SBDP

### **Audiência Pública de 11/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma**

- [Maria da Penha Barbosa da Cruz](#), Diretora de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia
- [Maria Rita Serrano](#), Membro do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

### **Audiência Pública de 10/08/2021: Regime próprio de previdência social**

- [Theodoro Vicente Agostinho](#), Advogado e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da EBRADI
- [Décio Bruno Lopes](#), Presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

### **Audiência Pública de 05/08/2021: Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos**

- [Ismar Viana](#), Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC

### **Audiência Pública de 04/08/2021: Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança**

- [Fabio Faiad Bottini](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL;
- [Weber Sutti](#), Diretor da Fundação Lemann;
- [Rodrigo Keidel Spada](#), Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE;
- [Iracema Keila Castelo Branco](#), Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

### **Audiência Pública de 03/08/2021: Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado**

- **Cibele Franzese**, Professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- **Unadir Gonçalves Junior**, Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO.

### **Audiência Pública de 14/07/2021: Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público**

- **Leonardo José Mattos Sultani**, Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
- **Leonardo Secchi**, Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP;
- **Alketa Peci**, Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE-FGV.

### **Audiência Pública de 13/07/2021: Concurso público e vínculo de experiência**

- **Felipe Drumond**, Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa;
- **Lademir Gomes da Rocha**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE;
- **José Celso Pereira Cardoso Junior**, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea - AFIPEA.
  - [Artigo: PEC 32/2020 e a volta do Estado liberal-patrimonial-oligárquico no Brasil](#)
  - [Artigo: Concursos Públicos, Profissionalização Burocrática e Desempenho Institucional: Reforma administrativa CF/1988 versus PEC 32/2020](#)
  - [Artigo: A Estabilidade Funcional dos Servidores nos Cargos Públicos](#)

### **Audiência Pública de 06/07/2021: Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos**

- **Renata Gil de Alcantara Videira**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- **Clóvis dos Santos Andrade**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI
- **Daniel Mitidieri Fernandes de Oliveira**, Procurador Municipal e Advogado no Rio de Janeiro

**Audiência Pública de 30/06/2021: Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo do § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo do art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição)**

- **Bráulio Cerqueira**, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

**Audiência Pública de 22/06/2021: Inovação na Administração Pública**

- **Caio Mario Paes de Andrade**, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia
- **Pedro Pontual**, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - ANESP
- **Diogo Costa**, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
- **Élida Graziane Pinto**, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo
- **José Henrique Nascimento**, Líder de Causas no Centro de Liderança Pública - CLP

## **9 – Agenda do dia de hoje da COMISSÃO ESPECIAL**

- **ATIVIDADE PREVISTA PARA O DIA 30 DE AGOSTO na Comissão Especial**

**ATÉ A EDIÇÃO DESSE RELATÓRIO (11h:30min.) NÃO HÁ EVENTOS PROGRAMADOS PARA ESTA DATA**